

CONJUNTURA

OCDE faz avaliação positiva do Brasil

A sugestão de elevar para 5% o superávit primário não foi acolhida pelo secretário do Tesouro

Ricardo Rego Monteiro
do Rio

O Brasil ainda tem por fazer para avançar na conquista da confiança internacional, mesmo depois de ter registrado crescimento de 5,2% do Produto Interno Bruto (PIB) e ter reduzido a vulnerabilidade externa nos dois últimos anos. É o que sugere o relatório Estudo Econômico da OCDE Brasil 2005, da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), entidade que congrega os 30 países mais industrializados do planeta.

Ao divulgar ontem o documento no Rio, a organização sugeriu o aumento da meta de superávit pri-

mário prevista para este ano, de 4,25%, para cerca de 5%. Presentes ao seminário, tanto o secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy, quanto o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Bernardo Appy refutaram a proposta, ao reafirmar que a meta deste ano mantém-se em 4,25%.

O economista Andrew Dean, diretor da OCDE, fez a defesa da proposta argumentando que a elevação da meta para 5% "daria à autoridade econômica mais conforto" para reduzir a dívida pública e a vulnerabilidade a crises externas.

"Nós gostaríamos de ver um superávit primário um pouco supe-

rior ao que existe no momento. Então, gostaríamos que o governo elevasse a meta. A razão para isso é garantir a redução gradual da vulnerabilidade a que está exposta a economia do Brasil por causa da dívida externa, para que o País não sofra com crises que venham a afetar os mercados no futuro. Nós não temos um número em mente, mas 5% daria mais conforto que 4,25%", afirmou o economista.

Apesar de reconhecer a necessidade de prosseguir nas reformas estruturais da economia, o secretário do Tesouro descartou mudanças na política fiscal. "Estamos com os números certos. Não vejo motivo para mudanças", afirmou Levy.

"A OCDE faz considerações pertinentes, mas a meta tem que ser aquela que garanta de forma persistente a queda da relação dívida/PIB", corroborou Appy, após a apresentação do documento.

Levy argumentou que, com o esforço atual, o Brasil conseguiu reduzir a relação dívida/PIB em quatro pontos percentuais em 2004, para cerca de 51,5% do PIB. Para este ano, o secretário diz acreditar em nova queda da relação, embora admita a necessidade de melhorar a chamada qualidade dos gastos públicos, tema também mereceu advertências no documento da OCDE. "A OCDE traz desafios, sobretudo na questão fiscal, para a qual devemos estar atentos", afirmou Levy.

Crítica à política fiscal

A política fiscal foi o principal objeto das críticas feitas pelos economistas que compuseram a mesa de debates do seminário de lançamento do estudo. José Alexandre Scheikman, da Universidade de Princeton, foi o mais contundente de todos, apesar de listar os dados positivos sobre o país contidos no relatório. Para Scheikman, um Estado (nos níveis federal, estadual e municipal) que gasta o equivalente

a um terço do Produto Interno Bruto, como no Brasil, "deveria ter melhores indicadores sociais e mais investimentos públicos".

Segundo ele, embora a Previdência Social responda por boa parte dos gastos do governo, as despesas correntes representam o maior ralo de recursos públicos. Appy fez questão de lembrar, porém, que os gastos públicos do País em 2004, como proporção do PIB, "foram menores do que em 2002". O secretário do Ministério da Fazenda afirmou que, neste ano, o governo manterá as despesas "sob controle", e reafirmou o compromisso com as reformas estruturais. "No começo de 2006 ainda haverá um certo espaço para as reformas na agenda do Congresso", disse Appy, em relação aos obstáculos surgidos com a antecipação do debate eleitoral.

Apesar de concentrar as críticas na política fiscal, Scheikman não deixou de lado as estocadas na política monetária do governo. Para ele, os gastos do governo são a principal razão para a manutenção da taxa básica de juros (Selic) em um patamar tão alto. Com isso, advertiu, o governo reduz a velocidade do processo

de queda da dívida pública, hoje um dos principais objetivos da política macroeconômica.

"Essa é uma opinião minha, mas a atual política monetária, tão apertada como está hoje em dia, deixa a dívida ter um impacto fiscal e impede que a dívida caia rapidamente", alertou o professor da Universidade de Princeton, que fez questão de apontar, no entanto, o que classificou de boas notícias do estudo da OCDE sobre a saúde da economia brasileira.

"O estudo deu uma boa nota para o desempenho da economia brasileira. O mais importante é que os problemas, e os diagnósticos para esses problemas, foram quase todos discutidos pelo próprio governo", avaliou.



Joaquim Levy



Alexandre Scheikman